

Declaração de Lisboa

Os participantes no Simpósio Internacional de Arqueologia dos Navios Medievais e Modernos de Tradição Ibero-Atlântica realizado em Lisboa por ocasião da Expo'98;

Considerando que os navios e embarcações de qualquer género e antiguidade detêm informação essencial para a história da humanidade;

Conscientes de que o património arqueológico é um recurso não renovável, depositado ao longo de milhares de anos, mas vulnerável à destruição devido às modernas tecnologias;

Impressionados pelos rápidos e notáveis resultados no âmbito da protecção e investigação arqueológica subaquática subsequentes à adopção e implementação em 1997 da legislação portuguesa neste domínio;

1. Urgentemente incitam os outros Estados

- **a adotarem e implementarem legislação nacional** para analogamente reduzirem as ameaças permanentes e os incentivos inadequados à exploração deste património e
- **a apoiarem e contribuírem para as negociações na UNESCO para uma convenção internacional** para a protecção do património cultural subaquático mundial.

No âmbito deste processo os delegados dos Estados devem ser bem informados de todos os aspectos relacionados com o património arqueológico subaquático e da urgência em excluir esse património do regime legal aplicável ao resgate de salvados marítimos. Esta protecção deve ser garantida independentemente da localização e das questões de soberania e de propriedade.

2. Sublinham o seu parecer de que na Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático da UNESCO/DOALOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar) as disposições operacionais da Carta Internacional do ICOMOS para a Protecção e Gestão do Património Cultural Subaquático devem ser adoptadas como um mínimo.

Adoptada por todos os presentes no Simpósio Internacional de Arqueologia dos Navios Medievais e Modernos de Tradição Ibero-Atlântica, em Lisboa, a 9 de Setembro de 1998.